

ATA N.º 13/XII/2018

Reunião Pública de 23/05/2018

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, no Centro Comunitário “Paragem”, na Quinta da Fonte da Prata, Alhos Vedros, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Pedro Manuel da Silva Aniceto, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO E XIX CONCURSO REGIONAL DE BOVINOS DA RAÇA HOLSTEIN FRÍZIA E DA 1ª MOSTRA CAPRILEITE - MOSTRA DE CAPRINOS LEITEIROS DE RAÇAS EXÓTICAS - MOITA 2018 13
2. REALIZAÇÃO DA XXV FECI - FEIRA COMERCIAL E INDUSTRIAL - 7 A 16 DE SETEMBRO DE 2018 14
3. REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM - 7 A 16 DE SETEMBRO DE 2018 15
4. CONTRATO - PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO - 7 17
5. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL - MARCELINO ANTUNES OTO OLIVEIRA 18
6. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL - PAULO HORTA CABRAL 19
7. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - PARCELAS DE TERRENO, SITAS EM SARILHOS PEQUENOS 21
8. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE BAILES POR OCASIÃO DOS SANTOS POPULARES E ISENÇÃO DE TAXAS 22
9. “IDEIAS E EMPRESAS - LOJAS POP-UP”, NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA 22

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

D^a Rosa Marques – Disse ter dois assuntos para colocar, sendo um em nome da Comissão de Moradores e outro não, mas tem a ver com o Concelho e é a pedido de alguém, acrescentando que provavelmente este não é o melhor sitio para falar deste Abaixo-assinado, que têm para entregar da Comissão de Moradores da Quinta da Fonte da Prata solicitando se poderia fazer a sua entrega, sendo que o mesmo trata de um pedido “Pelo Transporte Utilitário/Solidário na Vila de Alhos Vedros/Moita”. Disse, ainda, que relativamente à Comissão de Moradores nada mais tinha a colocar uma vez que na semana anterior tinham reunido com o Sr. Vereador Miguel Canudo e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros e estão a resolver as situações não existindo necessidade de as colocar nesta reunião.

Por fim, referiu ter recebido em mensagem, privada da Comissão de Moradores, de um senhor cujo nome é Lobo Lencastre de Almeida, que afirmou não poder estar presente na reunião de hoje, mas que solicitava que fosse lida a sua mensagem, o que passou de seguida a fazer: “Tenho testemunhado vários acidentes entre a rotunda antes do Parkim e a rotunda antes da Fonte da Prata, sempre do lado da ciclovia, e que invariavelmente atira com os veículos para a vala.

Há duas semanas foi um que ficou mesmo dentro da vala e a semana passada foi um que acabou dentro do terreno onde costumam estar a pastar as vacas.

A ciclovia é um perigo público. Não tem qualquer proteção para os utentes e nem espaços para os mesmos conseguirem fugir. Foi um projeto mal concebido e atamancado para cumprir contrato.

Os veículos devem circular a 70 Km/h mas a maioria circula bem mais depressa.

Já houve várias pessoas atropeladas na ciclovia, algumas com gravidade. Esperamos que morra alguém?

Acho que deveríamos nos unir e pedir para que seja colocado pelo menos um rail de proteção duplo em toda a extensão da ciclovia.”

Solicitou, ainda se possível, a pintura das passadeiras na rotunda, quando se vai para Alhos Vedros que dá o acesso à Escola, porque estão praticamente invisíveis (as passadeiras à volta da rotunda quando se vai para o lado da Cleópatra, para o lado da Vila Verde, para a Escola e a para Associação “Paragem”.

D^a Maria do Rosário Ramalho – Disse ser moradora do Bloco P, da Avenida António Aleixo e neste Bairro têm uma Capela e uma Creche, bem como um Parque, solicitando principalmente a colocação de Parques para cães, devido à existência de dejetos de animais, na relva, assim como pulgas e carraças, num local onde crianças e idosos circulam.

Colocou ainda, relativamente às passadeiras, que quando se vai para o Pingo Doce, a partir da Fonte da Prata a passadeira não se vê, tendo inclusive havido um atropelamento de uma senhora, há cerca de um mês.

Referiu, por fim, que existem pessoas que despejam lixo na relva, de madrugada.

Sr. Silva – Acrescentou à intervenção anterior que o dono dos cães é conhecido, tendo sido inclusive uma vizinha atacada pelos mesmos, e sido chamada a GNR que terá referido não poder fazer nada, porque não foi em flagrante delito. Na altura indicaram à GNR quem era o dono, tendo a vizinha acrescentado que era um colega da GNR. Outra vizinha que trata de crianças e de idosos, foi posteriormente mordida pelo mesmo cão e fez queixa, julgando que foram buscar o cão, mas que sem

certezas e pensa que tenha sido apenas passada uma multa, continuando os cães a existir, sem açaimo, sem coleira e a partilhar os mesmos espaços com as crianças e os idosos, solicitando à Câmara se poderá fazer algo em relação a esta questão.

Referiu, ainda, que têm um jardim bonito, mas que é uma vergonha, uma vez que se encontra repleto de dejetos de animais, certo é que os culpados são os donos dos animais, pedindo à Câmara se poderá ter alguma intervenção.

Como diretor, durante 16 anos, do Grupo Desportivo da Fonte da Prata, muitas vezes solicitou à Câmara e à Junta de Freguesia, que fossem colocadas lombas porque existem atletas, jovens e idosos a passar na estrada, mas estas nunca foram colocadas, depois apareceram umas lombas junto à CERCIMB, o que está de acordo, uma vez que também têm crianças, mas considera que deveriam existir mais, dando como exemplo que no sábado, quando houve a iniciativa do Grande Prémio de Atletismo, passou uma pessoa num carro a uma velocidade enorme, o que terá causado indignação entre os presentes, solicitou, pois, que fosse colocada uma lomba em frente ao Grupo Desportivo da Fonte da Prata, porque por volta das 17h ou 18h, existem muitos atletas e é quando algumas pessoas circulam a mais velocidade no local.

Quanto à Zona Ribeirinha colocou a questão de não serem cortadas as canas.

Informou ainda que, em outubro, rebentou um cano junto à sua casa, houve o Torneio do Grupo Desportivo da Fonte da Prata, e a Câmara mandou tapar o passeio ou seja calcetaram aquilo, mas junto à Capela, uma senhora mais idosa ficou muito magoada numa queda que deu, no entanto, o buraco continua por tapar e passam por ali crianças, cães, moradores, que devem viver decentemente, embora saiba que os problemas não podem ser todos tratados de um dia para o outro e respeite essa questão, no entanto, gostaria que o problema fosse resolvido.

Sr. Vítor Cabral – Disse vir falar relativamente à Feira Medieval de Alhos Vedros, que vai decorrer de 8 a 10 de junho, fazendo um bocadinho de historial, ou seja, a Feira Medieval nasceu há 11 anos, sendo este o 11º ano que é realizada, nasceu de uma ideia de algumas pessoas e que, ao longo dos anos tem vindo a crescer este modo de fazer festa, de juntar pessoas, de fazer recriação histórica, de falar do passado, mas sempre, com uma perspetiva de envolvimento dos mais jovens, e perspetiva de futuro. Este projeto quase que atingiu o seu auge quando, em 2014, se comemoraram os 500 anos do Foral, lembra que foi um momento especial de Alhos Vedros e do Concelho da Moita, em que se conseguiu juntar uma série de entidades que trabalharam todos para o mesmo objetivo, nomeadamente a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, a Igreja, Escolas, Ranchos Folclóricos, Associações (CACAV, ALIUSVETUS e outras), e que ao longo de um ano tiveram mais de 30 atividades que se foram diversificando durante o ano. No ano seguinte comemorou-se, também, os 600 anos da vinda de D. João I a Alhos Vedros e tem-se aproveitado, sempre, comemorações de datas redondas para a realização da Feira.

Este ano, é o 11º ano e devido à qualidade que se tem conseguido imprimir ao projeto, esta ideia foi transposta para outras Câmaras Municipais, desde o Montijo, Palmela, Barreiro, Setúbal, que têm convidado a Associação para ajudar a organizar eventos semelhantes nestes Concelhos. Vamos ter em setembro a Feira Quinhentista do Montijo, já na sua quinta edição, também a quinta edição da Feira Medieval de Palmela, estivemos no final de março, em Setúbal, em setembro também vamos estar em Coina e é desta forma que conseguimos levar o nome de Alhos Vedros a outros sítios e dar a conhecer um bocadinho da nossa vivência na Freguesia e no Concelho. Este projeto, ao longo dos anos, não teria sido possível sem este envolvimento de muitas pessoas, de muitas entidades e em especial deixar o reconhecimento à Junta de Freguesia de Alhos Vedros e à Câmara Municipal da Moita, que desde a primeira hora nos acarinhou desde o apoio logístico, também apoio financeiro, mas, às vezes estes apoios não são os principais, muitas vezes é o incentivo, e aí reconhecer, a todos, esse apoio de incentivo para continuarmos a construir este projeto, por isso deixou o reconhecimento e o obrigado da Associação, por esta maneira de estar.

Deixou um convite a todos para, de 8 a 10 de junho, passarem por Alhos Vedros, pelo espaço da Feira Medieval, onde vão estar inúmeros artistas e grupos a atuar, para terem uma ideia de custos, vão-se gastar, este ano, 30 mil euros em animação, para além de outras despesas, sendo estas verbas angariadas com o trabalho realizado ao longo do ano, portanto, fica o convite feito, esperamos por todos para verem e conviverem e, também, para apreciarem, principalmente, o trabalho da CERCIMB, que fazem todos os anos uns momentos espetaculares na feira, este ano mais uma vez vão fazer uma encenação grandiosa sobre o D. Pedro I e D.^a Inês de Castro, e também claro, o agrupamento de Escolas de Alhos Vedros, que é sempre um momento alto para a noite de sexta-feira a atuação destas duas entidades.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sobre as questões dos cães e do lixo, informou que existe uma campanha que se chama “Todos juntos por um melhor ambiente”, é uma campanha que foi iniciada há cerca de um mês que começou pela recolha dos monos, em que se colocou nos contentores de resíduos o dia da recolha e o dia em que os munícipes podem deixar os monos junto aos contentores, a seguir vai-se partir para outras etapas e uma das que se vai ter é a dos cães, ou seja, já foram feitas duas e vai-se iniciar um terceira, sendo que esta vai ser mais forte, vai ser uma campanha mais violenta e vai-se, também, junto das Escolas, nomeadamente, naquelas que participaram na Feira de Projetos Educativos, onde foi feita uma ação de alguma sensibilização e onde foi recolhida alguma informação e opiniões dos alunos, portanto, vai-se também para as escolas com esta campanha, portanto é uma situação que a todos preocupa, é um ato de cidadania em que esta terceira parte da sensibilização, relacionada com os animais, poderá levar a algumas situações de levantamento de Autos, portanto vai-se trabalhar nesse sentido e “Todos juntos por um melhor ambiente” conseguir-se-á resultados e ter um ambiente melhor.

Em relação às passeadeiras, informou que quando se começar a pintar a “nossa via rápida”, as passeadeiras irão ser todas pintadas desde a Baixa da Banheira até ao Chão Duro, portanto fazemos sempre isto e está na altura de começarmos a fazer essa pintura.

A questão das lombas é uma matéria que não é muito consensual, no entanto, registou a questão da colocação junto do Clube, ou mais à frente ou atrás, que será devidamente analisada.

Sobre o corte de ervas disse que, numa visita que fizeram ao local, verificaram que junto aos aparelhos de desporto e até aos pinheiros é responsabilidade da Câmara e aí sim vai-se cortar as ervas e limpar a zona, quanto aos terrenos que pertencem à empresa que faliu e ao Banco, a Comissão de Moradores tem feito um excelente trabalho nesta matéria, já tendo enviado cartas ao Banco, não tendo obtido resposta, portanto vai-se continuar a insistir.

Sr. Vereador Carlos Albino – Assinalou que no que diz respeito às situações dos cães, além de ir pelo lado das coimas, também é necessário criar condições para que as pessoas mudem os seus hábitos, e para isso, a exemplo daquilo que foi feito, nomeadamente, em tempos, no Vale da Amoreira, e bem, e noutros locais que era colocar um poste com sacos e alertar as pessoas para que apanhassem os dejetos, já não falando na criação de Wc's para cães, mas o alerta com sacos para as pessoas apanharem os dejetos seria muito importante que isso mesmo acontecesse, porque ir só pelo lado coercivo da coima, da penalização, para além de não ser muito pedagógico devemos ir pelo meio-termo, pela forma positiva, fazer com que as pessoas tenham tempo para mudar os seus comportamentos. Criadas todas as condições para que as pessoas mudem os seus comportamento, se os mesmos não forem alterados, se continuarmos a ver que apesar dos espaços, que possam ou não, vir a ser criados para que os animais façam os seus dejetos, que depois dos sacos, que venham ou não a ser colocados, para que as pessoas apanhem os dejetos dos seus animais, e depois de toda a campanha realizada as pessoas ainda, assim, insistam a terem uma postura pouco correta para com os seus concidadãos, aí sim, “subirmos de tom” e enveredarmos por outro tipo de soluções.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Em relação à questão da limpeza e da recolha disse ter que haver um grande esforço, efetivamente o Vereador Miguel Canudo falou no esforço que a própria Câmara tem feito e os Municípios terão de fazer um esforço também para que haja mais cidadania, tendo a registar dois aspetos como positivos, nomeadamente, que a Câmara tenha assinalado nos contentores do lixo alguma informação, assunto que já tinha sido abordado há algum tempo numa reunião de Câmara e que se achava que não havia muita informação que é, por exemplo, a data certa de quando está prevista a recolha dos monos e as pessoas colocavam-nos em qualquer dia da semana, acumulando-se lixeiras junto aos contentores, portanto, esta informação que foi agora colocada em que já se sabe o dia certo de recolha e as pessoas apenas na véspera colocam o que querem, o que considerou positivo.

Acerca da informação da recolha dos óleos utilizados, considerou que faz falta mais, dando o seu próprio exemplo, referindo que tem 2 garrafas de óleo para colocar num local, tendo pesquisado, e portanto sabendo, onde se situam os recetores do óleo utilizado, isto em termos ambientais, se forem colocados no esgoto normal vão terminar no rio. Sugeriu que se coloque um terceiro autocolante com os locais onde é possível receber os óleos utilizados, uma vez que grande parte dos municípios não sabe e por vezes até colocam as garrafas junto aos contentores cheias, por não saberem os locais específicos onde as deixar.

No que concerne à Feira Medieval, saudou a ALIUSVETOS, a organizadora deste evento que é um acontecimento de importância não só para Alhos Vedros mas para o Concelho da Moita, porque sabemos que esta Feira está pontuada como um grande acontecimento regional e pensa que até nacional.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Relativamente às questões colocadas, algumas já foram respondidas, sobre a questão dos cães disse que a partir do momento em que mordem pessoas, passa a ser um caso de polícia, aconselhando as pessoas a fazerem sempre queixa, uma vez que esta tem que ser oficial porque caso contrário a GNR não atua.

Fez um cumprimento especial à Associação ALIUSVETUS e também à Feira Medieval que acontecerá em breve.

Terminou colocando uma situação, de que se falou pouco, e que se relaciona com os acidentes, ou seja, os veículos ao contornarem de forma errada as referidas rotundas (junto do Pingo Doce), sobem e chegam à Ciclovía, tendo existido dois casos na mesma semana. É preocupante porque embora não estivesse ninguém a passar na Ciclovía, e portanto não tivesse atingido ninguém, a segurança não tem preço e é necessário repensar a questão e em último caso colocar um rail de proteção, porque tem que se colocar alguma coisa para proteger as pessoas.

Disse que foi ao café “Sol Nascente”, que se situa na parte nova da Urbanização da Fonte da Prata, e reparou que na esplanada as raízes das árvores estão a levantar o chão, tendo inclusive assistido a uma situação em que uma senhora tropeçou e caiu, devido à irregularidade do piso, tendo solicitado que se pense numa solução para o problema em causa, que não passe por arrancar as árvores.

Sr. Presidente – Disse que a primeira questão que coloca, apenas para reflexão, porque lhe parecem estranhas algumas abordagens, por exemplo, se pensarmos que a utilização normal das bicicletas, na maior parte do País, faz-se na faixa de rodagem, porque não existem faixas para os velocípedes, tendo isto em consideração a solução existente que coloca um canal separado com uma pequena proteção é melhor do que a situação comum, de circular na faixa de rodagem. Se entendermos aquilo como via pedonal, e nem é muito utilizado pelas bicicletas, o que lhe parece normal é os passeios serem ao longo das vias, e normalmente nem tem separadores, têm um lancil, normalmente, nem muito elevado, que é o mesmo que existe no referido local, então qual é a diferença entre o que existe e o que é normal,

vulgar em todo o lado no País, sendo esta uma mera reflexão. Mais acrescentou que temos um problema grave no País, sendo o Concelho da Moita, igual nesta matéria e em muitas outras, aos outros, ou seja, temos muita infração do Código da Estrada, muita violação, muito excesso de velocidade, o que não se resolve fazendo muros de proteção ao longo de todas as estradas, nem na Moita nem em nenhum local, portanto, a via em causa quer se pense na parte de estrada, quer na parte pedonal e ciclável tem características que são, no essencial, idênticas aquilo que são as práticas aceites e realizadas no País, em todo o lado, onde as vias pedonais e cicláveis correm ao longo das faixas, normalmente sem barreiras, com um distanciamento apenas que resulta da faixa de passeio ou de uma separação através de lancil, isto é o comum em qualquer lado do País, seja na Marginal que liga Oeiras a Cascais, seja na Marginal na Av^a Infante D. Henrique em Lisboa, seja em dezenas/centenas de outros locais em todo o País.

Sobre a questão dos cães, nenhum problema se resolve apenas pela coerção, como se vê pelo exemplo do trânsito, não são as coimas que impedem as infrações diárias generalizadas, não são as coimas que resolvem, nem impedem que as coisas aconteçam, ou seja, não serão, com certeza, coimas passadas ao dono do cão que está a fazer as suas necessidades na via pública que vai resolver a questão, nem verdadeiramente, existem condições para isso, não se imagina que seja possível, ou seja sequer desejável, que se passe a ter um fiscal por rua, um polícia por rua, para andar a fiscalizar cães, teríamos de questionar-nos se estávamos dispostos a pagar isso porque com tantas coisas que fazem falta, se estamos dispostos a pagar a imensos fiscais para fiscalizarem as ruas, portanto isto não é solução, se acontecer, pontualmente, e a GNR colaborar, poderá servir de exemplo, mas não é solução. Tudo o resto que é possível fazer, tem sido feito ao longo do tempo, as campanhas não são permanentes, mas vão existindo ao longo dos anos e dificilmente alguém pode alegar no Concelho da Moita que nunca viu uma campanha ou que nunca foi abrangido por uma campanha que passa por várias coisas como, por exemplo, pela Junta de Freguesia da Moita que cada vez que alguém vai tirar a licença do cão, leva um conjunto de sacos, portanto é uma iniciativa muito boa e muito positiva da Junta, mas na Moita o problema dos dejetos dos cães na rua é igual aos outros sítios, ou seja, não é isso que resolve. Quanto aos WC's para animais, fizeram-se experiências nomeadamente em quatro locais do Concelho, nas Freguesias do Vale da Amoreira e Baixa da Banheira, onde existem WC's caninos, no entanto se passarmos pelo Parque das Laranjeiras, na Baixa da Banheira, está lá o WC e estão os cães a passear no Parque Infantil e os donos sentados na esplanada do café do coreto, infelizmente verifica-se que não é o WC que resolve, a questão passa pela educação, pela crítica social e passa por nós, enquanto cidadãos, não sermos passivos e não aceitarmos passivamente que os dejetos sejam feitos à nossa porta, a crítica social tem de funcionar e tem também que funcionar, e temos feito, ao longo dos anos várias, e está a decorrer uma outra, de várias que têm decorrido, campanha de sensibilização para os cuidados que os donos dos animais devem tomar, campanhas de sensibilização, para a higiene pública, junto das escolas e as próprias escolas colaboram e fazem este ensinamento e esta aprendizagem incluída no seu funcionamento normal, e ainda assim, os resultados são o que se vê, sendo que o caminho é continuar a insistir, é fazer mais e é isso que estamos a fazer, não havendo outro caminho possível para resolver a situação.

Saudou, ainda, a realização da Feira Medieval, que nasceu há 11 anos quase como uma aventura, uma ousadia por parte da Associação ALIUSVETUS e resultou de tal forma, e vale a pena realçar isso e felicitar a Associação por este percurso, que se tornou num dos eventos mais atrativos do Concelho, que mais gente atrai e mais visitantes e que mais é conhecido, em tão pouco tempo, e como até conseguiu tornar-se reconhecido na Região e fora dela, com a colaboração da Associação em outras Feiras que se realizam em Concelhos vizinhos, o que merece ser registado e felicitado.

Por último e sobre o assunto colocado disse que esta sim, é uma verdade incontornável, é que em qualquer caso destes, de litigância entre duas ou mais pessoas, existem sempre duas versões, ou seja, existe o queixoso e a outra pessoa que tem, naturalmente, uma versão diferente das coisas.

Na Câmara Municipal, todos os processos desta natureza são desenvolvidos pelo Gabinete Jurídico, são acompanhados rigorosamente no cumprimento da Lei, não cabe à Câmara, até porque não tem Juízes, decidir questões de razão subjetiva porque é uma autoridade meramente administrativa que tem que zelar pelo cumprimento da legalidade administrativa, no âmbito das suas competências. Relativamente ao Processo em concreto, como em relação a qualquer outro, mas em relação a este em concreto é isso que tem sido feito, demorará os meses necessários para ter o seu decurso normal, cumprindo e fazendo cumprir a legalidade, portanto, não têm prazo fixo, os prazos são aqueles que decorrem da Lei, dos processos legais, das notificações legais e dos prazos para resposta.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria

- No decurso da reunião o Sr. Presidente manifestou pesar pelo falecimento do artista plástico e pintor Júlio Pomar.

O Sr. Vereador Joaquim Raminhos também manifestou pesar pelo falecimento de António Arnaut, conhecido por “pai” do Serviço Nacional de Saúde.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse ter três temas para este período, sendo o primeiro no seguimento das alterações de trânsito, que esta Câmara decidiu votar, na Rua dos Marítimos, e em função da pressão que se fez sentir sobre o eixo da Avenida e saída de escola, foi também alterada a sinalização do cruzamento da Rua Fernando Pessoa com a Rua Ary dos Santos, no dito Bairro, digamos que é uma rua alternativa, onde as pessoas fogem de manhã quando não querem ficar “presas” no trânsito matinal, acrescentando que a Rua Fernando Pessoa não tem duas faixas de rodagem, foi colocado, no local, um sinal de perda de prioridade para quem sai da Rua Ary dos Santos, que faz com que a Praceta invada a rua e a prioridade é perdida obrigando o condutor a conduzir em contramão cerca de 30 ou 40m, efetivamente, por falta de asfalto na faixa do lado direito de quem sobe, que está invadida pelo parque de estacionamento, portanto era necessário, a seu ver, definir em vez de uma perda de prioridade, um STOP, porque a pessoa tem que fazer uma contramão necessariamente para subir a rua, e a prioridade não vai definir muito, em relação ao STOP, no caso de uma colisão naquele espaço, até a própria Câmara terá alguma dificuldade em perceber quem é que está na razão porque o condutor não pode fazer a sua faixa do lado direito, sobretudo no período noturno, em que a Praceta serve de

parqueamento a toda a zona envolvente, de dia ainda é possível passar por fora do alcatrão, mas de noite, é absolutamente impossível, por isso recomendaria que aquele sinal de perda de prioridade fosse substituído por um sinal de STOP, ou, solução ótima, asfaltar os 20 ou 30m que faltam, não sabendo se a praca, efetivamente, pelo facto de não estar asfaltada é domínio, ou não, público, mas que gera um problema em relação a este cruzamento.

O segundo tema é relacionado com uma questão que colocou na última reunião de Câmara privada onde questionou qual o ponto de situação do licenciamento de um vazadouro de entulhos que está a surgir no Gaio-Rosário, pretendendo saber se havia alguma resposta a este tipo de depósito porque o depósito continua e teve o cuidado de verificar a origem de alguns desses depósitos e, verdadeiramente, não entende como é possível transformar aquele terreno em vazadouro de entulhos. Em terceiro ponto algo que foi alertado por um técnico da área, e que gostava de partilhar porque não é especialista de obras públicas, mas a estrada que vai do Rosário para a Freira, na curva da Freira e seguimento, onde a Simarsul instalou há uns anos uma conduta, não sabe se há mais que a garantia estrutural do equipamento, o piso está com um abatimento bastante visível nalguns pontos, já foram feitos alguns remendos e já houve intervenções de vária ordem nalguns pontos daquela conduta, mas se a garantia ainda decorre, crê que seria altura, porque não se está a falar de um abatimento de 1m ou 2, está-se a falar de duas centenas de metros em que já é visível o sulco do local da conduta estar abatido e começa a ser visível o efeito na condução de algumas viaturas.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que um primeiro assunto é que se lembrou antes de vir para a reunião lembrou-se que deveria fazer uma alusão ao desaparecimento de uma pessoa que esta semana faleceu, foi António Arnaut, que pensa ser uma pessoa que merece uma referência na Reunião de Câmara Pública, como um grande humanista, lutador pela liberdade e pelos direitos, nomeadamente na área da Saúde.

António Arnaut foi um dos grandes fundadores do Serviço Nacional de Saúde, que é um tema tão querido e em que tanto se tem falado na nossa sociedade e em democracia, portanto devemos continuar a defender o Serviço Nacional de Saúde, que tão atacado tem sido e tem-se perdido direitos na área da Saúde, que temos que continuar a defender, fica então uma referência a António Arnaut e propunha um compromisso de não se deixar cair a bandeira do Serviço Nacional de Saúde e continuarmos a exigir que temos direito a uma assistência de saúde, digna para todos.

Em relação à visita que fizeram à Freguesia de Alhos Vedros, disse que em dois dias foram a vários espaços, nomeadamente, a escolas, jardins e a várias obras e deu para perceber que há muito para fazer e para intervir em Alhos Vedros, estivemos, por exemplo, no Jardim do Bairro Gouveia que é um jardim que já está instituído, um espaço agradável, no entanto esteve-se noutras zonas em que é preciso intervenção, por exemplo, estiveram o projeto de intervenção no Cais de Alhos Vedros, que vai ser um projeto bastante interessante porque vai dignificar uma das salas de visita de Alhos Vedros, portanto, é de registar essa perspetiva de obra. Também estivemos num espaço que é a requalificação da antiga Praça de Alhos Vedros que vai ser transformada num espaço cultural, e de reaproveitamento para a comunidade, que achou interessante, no entanto alertou para uma situação que considerou ser de acautelar, que é a existência de um Regulamento para que se saiba como é que o espaço vai ser utilizado, porque é um espaço que tem várias valências mas o movimento associativo, as pessoas em nome individual e a população em geral precisa de saber como irá funcionar para o poder usar, portanto há qualquer coisa que tem que ser definida para que o espaço seja utilizado em pleno e muito dinamizado.

Um outro aspeto que queria referir era a intervenção no Cais que considera bastante pertinente, no entanto, existem outras situações que se tem que continuar a insistir para que elas acabem mesmo, sendo uma delas a questão do esgoto a correr para o rio, tem que se verificar o que se pode fazer porque aquele espaço vai ficar mais bonito e mais aprazível, mas esta questão do mau cheiro que ali ocorre no Cais tem que ser vista, acrescentado que já foram feitas várias intervenções sobre aquela si-

tuação, mas, existe qualquer coisa que tem que ser acautelado, portanto deixa a sua preocupação no sentido de se acautelar o saneamento daquela zona do esteiro, pelo menos na zona do esteiro de Alhos Vedros, para que a obra que vai surgir saia mais dignificada e aprazível.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse querer colocar um conjunto de questões e alertas, começando por reforçar o que foi dito, anteriormente, pelo Sr. Vereador Raminhos, ou seja, estando construída a ETAR Moita/Barreiro, existem as condições necessárias para que todos os esgotos possam ser tratados, por isso em pleno século XXI, e com campanhas de ambiente a decorrer, já não se justifica que se continue a permitir que continuem a desaguar no rio fluídos sem qualquer tipo de tratamento contribuindo para a poluição do mesmo.

Relativamente à Freguesia de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos disse que a Praia no Rosário é utilizada por muitas pessoas que inclusivamente vão a banhos, questionando se o areal e a água oferecem condições, uma vez que, por norma, a água, no passado, estava poluída, estando até sinalizado que não era favorável entrar na água e tomar banho, questionando se no presente a situação se alterou, se é possível ir a banhos e disfrutar, com toda a tranquilidade, daquele espaço, até porque como faz uso daquele mesmo espaço gostaria de fazê-lo com consciência tranquila sabendo que os seus e demais população do Concelho e, inclusive, os visitantes estão, e estarão, em segurança.

Disse, ainda, ter recebido um *email* a alertá-lo para uma situação que terá ocorrido nas traseiras da Rua Garcia da Orta, n.º5, no r/c dto, em que pelo facto de terem sido realizadas desmatagens (cortar as ervas), terá ocorrido, alegadamente, projeções de brita e pedras, para as janelas, para os vãos envidraçados do r/c em causa, o que terá provocado danos nos estores de alumínio. A pessoa enviou um *email* para todos os Vereadores, mas o que é certo, é que nunca o recebeu e dando nota à pessoa que não o havia recebido esta fez questão de o enviar para o seu mail pessoal, por si facultado, este *email* vinha com uma série de fotografias, em anexo, para ajudar a documentar a situação, sendo certo que nunca recebeu o *email* inicial, nem a Vereadora Filomena Ventura, nem o Vereador Luís Chula, acrescentou, ainda, que se os restantes vereadores, também, não o receberam poderá encaminhar e fazer-lhes chegar o mesmo, mas gostaria de saber o porquê de este *mail* não chegar à sua caixa de *email* da Vereação.

Colocou ainda a questão de na semana, aproximadamente, decorrida entre 7 e 13 de maio, terem sido reparadas parte das calçadas e colocados pilaretes anti-estacionamento junto ao passeio da Escola Primária, do lado nascente, na rua que vai em direção da CP da Baixa da Banheira, ou seja, na Rua da Liberdade, na semana seguinte os pilaretes colocados foram retirados, segundo informação fornecida por vários munícipes, a ser verdade questiona qual o motivo para a situação ter ocorrido.

Foi alertado, por outros munícipes, para o facto de na Rua 8 de março, no Vale da Amoreira, terem sido colocados sinais que proibiam o estacionamento, supostamente para o apoio ao corte de árvores, e o que é certo, é que se mantiveram no local por muito tempo, não tendo, no entanto, sido executados os trabalhos, também nesta rua, o estacionamento é feito em calçada, mas não se encontra demarcado, o que não auxilia às melhores práticas cívicas no que respeita ao estacionamento, promovendo o estacionamento desordenado propondo ao Executivo, que dentro das possibilidades e com a maior brevidade possível, fossem demarcados os lugares de estacionamento tal como existe na Avenida José Almada Negreiros, e em outros locais do Concelho.

Voltou a assinalar, acrescentando que nunca é demais, porque a situação não se encontra ainda resolvida, a necessidade de intervencionar o Pólo da Biblioteca Municipal no Vale da Amoreira, considerando que o estado em que se encontra é deplorável e não dignifica o Concelho, as paredes estão todas grafitadas (puramente sujas) e o pavimento exterior à Biblioteca encontra-se muito danificado já apresentando muitos buracos, bem como o muro que se encontra na mesma situação.

Finalizou assinalando que teria todo o gosto em estar presente na iniciativa que decorreu hoje de tarde, com a assinatura do Protocolo entre a Câmara Municipal e as Freguesias, que foi votado favoravelmen-

te, contudo, por limitações de ordem profissional não lhe foi possível, no entanto, informou que pretende participar nas iniciativas que ocorrerão a 25, 26 e 27 na Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e assistir às festividades e comemorações.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Em resposta à questão colocada sobre o terreno no Gaio, que está a servir como vazadouro de entulhos, informou que o serviço da Fiscalização já se deslocou ao local, no entanto não tem na sua posse a informação resultante desta deslocação, tendo-se comprometido a fazer chegar assim que possível.

Relativamente às visitas que foram realizadas nos últimos dois dias, na Freguesia de Alhos Vedros, com incidência no último dia em que foi apresentado, quer aos Vereadores da Câmara Municipal, quer ao Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, bem como aos membros do Clube Náutico de Alhos Vedros, os novos planos para o Cais do Descarregador, disse em relação à ideia global que gostou imenso pois revela preocupação com o local, que pode ser um local por excelência do Concelho, nomeadamente da Freguesia de Alhos Vedros, naturalmente que, logo na altura, perguntou ao Sr. Presidente, para quando estavam previstas as obras para o Palacete junto ao Moinho, tendo sido informado que ainda não existe verba para tal, o que lamenta, mas vai-se começar por uma parte o que já é bom. Agradeceu ainda aos membros da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, que os acompanharam durante dois dias, e lhes mostraram os vários pontos e problemas existentes, o que é uma vantagem da existência de uma Junta de Freguesia, em que os seus membros estão mais próximos dos problemas, do que os Vereadores da Câmara. Referiu que participou na assinatura do Protocolo de Delegação de Competências, dando os parabéns à Junta de Freguesia pelo trabalho que tem vindo a realizar, e fazendo votos de que com as responsabilidades acrescidas que tudo continue a correr bem.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Interveio para fazer um pedido de desculpas aos moradores do Bairro e de toda a Freguesia pelo facto de não lhe ter sido possível, por motivos profissionais, acompanhar a semana participativa promovida pela Câmara. Agradeceu à “Paragem” o trabalho de dinamização e suporte às crianças e jovens, quando os pais se deslocam para trabalhar fora do Concelho. Por fim solicitou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia o agendamento, futuro, de uma reunião para lhe fazer chegar e explicar, sem ir ao local, tudo o que está previsto para a Freguesia de Alhos Vedros. Registou que é no Bairro que existem os dois Polos da CERCI, uma Cooperativa que nasceu a nível nacional em 1975, quer o Polo já referido, quer o Profissional, que muito tem feito no âmbito de procurar a não exclusão. Solicitou ainda ao Sr. Presidente de Junta que transmitisse aos outros Presidentes de Junta que as mesmas razões que a impediram de participar na semana participativa (22 e 23), fizeram-na não estar presente na assinatura dos Protocolos, desculpando-se por tal e considerando que o Poder Local e a proximidade com as pessoas têm de ser enaltecidas. No entanto como tem aparecido na imprensa escrita, e com uma reunião na Escola sobre a Avaliação dos Professores teria de estar presente. Deixou a promessa para todos os Munícipes da defesa do Concelho, da Freguesia de Alhos Vedros, que quando chegou em 1975, lhe foi apresentada como a Freguesia onde nasceu o Concelho, dos bons ares, e é também um carinho especial pela Freguesia porque em 1981 começou a trabalhar na Escola da Avenida Bela Rosa, e também foi nesse ano que “abriu” os dois barracões onde atualmente é a Escola do 1º Ciclo e que nesse ano começaram a funcionar da parte da tarde. Deixou a promessa de voltar à Freguesia e ao Sr. Presidente da Junta a solicitação do agendamento da reunião anteriormente referida.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente à intervenção do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, sobre a visita que foi efetuada ao FAVO referindo ou sugerindo o Regulamento, lembrou que foi apenas um finalizar de uma obra, não houve uma inauguração, esta realizar-se-á noutra altura. Sobre o Regulamento, estão de acordo, e está-se a trabalhar no mesmo uma vez que se trata de um espaço municipal que terá que ter um funcionamento regular.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Informou que sobre as Ruas Fernando Pessoa com a Ary dos Santos, no âmbito da obra que estão a realizar, uma vez que a situação foi levantada, e é conhecida pelo Executivo estando-se a avaliar a questão do Património, nomeadamente, a quem pertence aquele terreno, que se encontra como está não por vontade da Câmara, se está assim alguma coisa aconteceu, portanto está-se a avaliar, se o terreno for do Município os 30m do pavimento serão colocados, até no âmbito da obra que está a ser realizada, portanto está-se a avaliar qual a melhor solução.

Sobre a Rua da Liberdade e pilaretes que são colocados e retirados esclareceu que são situações que, por vezes, acontecem.

Relativamente às questões do trânsito, por vezes, determinadas situações acontecem por erros de cálculo, são reivindicações feitas que se tentam satisfazer mas que por vezes não são a melhor solução, e como tal a solução que se vai arranjar para o local é retirar os pilaretes e faz-se o estacionamento, como existe em alguns locais do Concelho, em cima do passeio, porque foram alertados pelos comerciantes que aquele espaço dava jeito para estacionamento, para auxiliar os comerciantes que já se encontram com muitas dificuldades, portanto existiu sensibilidade de ambas as partes e os pilaretes foram retirados, o que não é nenhuma situação anormal, sendo que a situação foi precisamente esta, os comerciantes contactaram o Executivo, percebeu-se a situação, retirou-se os pilaretes e vai-se fazer o estacionamento em cima do passeio.

Sobre a Rua 8 de março e sobre as árvores desconhece o que terá acontecido, mas tentará apurar o porquê das árvores não terem sido cortadas e o aviso ainda permanecer no local, acrescentando que se este ainda lá estiver irá ser retirado.

Sr. Presidente – Disse querer fazer uma referência a um falecimento, de uma figura ímpar e maior da cultura portuguesa, o Júlio Pomar que faleceu hoje, portanto, deve ficar esse registo do pesar pelo desaparecimento deste artista tão importante em, boa parte, do século XX e início do século XXI.

Relativamente à visita a Alhos Vedros permitiu-lhes, sendo esse o objetivo, ter contacto com diversas situações concretas, analisá-las e conversar, permitindo uma interação, bastante positiva, entre os eleitos da Câmara e os eleitos da Junta de Freguesia, sendo esse também o objetivo, dando, ainda, nota sobre a ausência de alguns Vereadores sendo que esta deveu-se a motivos perfeitamente justificados, sendo uns profissionais e outro por gozo de alguns dias de licença que já estavam agendados há bastante tempo.

Disse que, neste momento, todos os esgotos recolhidos pela Rede Pública de Saneamento do Concelho da Moita são tratados, sem exceção, ou seja, toda a Rede Pública de Saneamento do Concelho da Moita está ligada à rede em Alta, ou seja, aos diversos emissários e estações elevatórias que conduzem os efluentes até à ETAR Barreiro/Moita, na sua grande maioria, em duas pontas do Concelho, nas extremas com outros Concelhos, também à ETAR da Lançada, e à ETAR da Carregueira, em Palmela. No entanto, o grosso da zona mais urbana é tudo canalizado até à ETAR, portanto primeira questão, não há esgotos não tratados no Concelho da Moita. O que existe, designadamente em Alhos Vedros, são duas questões, uma delas normal, pelo menos se tiver uma frequência rara, ou seja, qualquer equipamento mecânico está sujeito a uma avaria e pode acontecer por falha mecânica de uma estação elevatória, que em determinado momento, todas as estações elevatórias têm o seu mecanismo de segurança, ou seja, um tubo ladrão que no caso do poço encher começar a sair, por isso, são todas construídas junto ao rio, ou junto a linhas de água, portanto isto acontecer com muito pouca frequência tem que se considerar normal. O que não é normal, e também tem ocorrido, são as avarias na estação elevatória da Vinha das Pedras, e ocorrem, segundo a SIMARSUL que é quem detém a Rede em Alta de Saneamento, porque o equipamento de gradagem daquela estação não funciona bem, segundo a atual administração da SIMARSUL, terá sido uma má escolha ou má qualidade do produto, a verdade é que aquele sistema provoca interrupções e entupimentos frequentes e derrames frequentes para a vala. A situação tem sido, intensamente, reportada à SIMARSUL, não só pela Câmara como pelos próprios utilizadores do espaço da zona do Cais e moradores de Alhos Vedros, que sempre que detetam ocorrên-

cias anormais, se encarregam de fazer chegar as suas justas reclamações, a Empresa informa que está em vias de resolver o problema que já tomou algumas medidas, portanto, temos ideia de que a situação se terá tornado menos frequente, e que se está em vias de fazer um processo de aquisição e de substituição destes equipamentos para que o problema fique definitivamente resolvido.

Sobre a Praia do Rosário disse que a Câmara Municipal sempre fez análises da água, existe um contrato com um laboratório que faz recolhas e análises à água para consumo humano e à água balnear na Praia do Rosário. A qualidade da água evoluiu, bastante, nos últimos anos, desde que existem as estações de tratamento à volta do Estuário, onde grande parte dos efluentes há 15 anos atrás não eram tratados e hoje, quase na sua totalidade, são, portanto a qualidade da água evoluiu, e evoluiu ao ponto de nos últimos dois anos não haver nenhuma análise que tenha dado como resultado a má qualidade. As análises têm normalmente três parâmetros qualitativos, e depois os físicos e bacteriológicos, mas aquilo para que se olha mais facilmente e que tem leitura imediata são os três parâmetros qualitativos que é má, razoável ou boa e as análises todas, sem exceção, no ano de 2017 deram água razoável, ou seja, é uma realidade objetiva, a água do estuário não é, ainda, a água do mar mas já não apresenta riscos para a saúde humana, portanto é uma água de qualidade razoável. Sobre a areia, através do Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia do Gaio-Rosário, atualmente União de Freguesias, há a atribuição de uma verba para a execução da limpeza da praia, observando-se que todos os dias, durante a época balnear e até por vezes para além dela, de manhã o funcionário da Junta limpa a areia com o trator e com o arrasto, portanto existe um grande cuidado, e permanente, da Junta de Freguesia com a qualidade daquela areia e não existe nenhum reporte, ao longo dos últimos anos, de haver problemas na areia na zona entre ao antigos fornos da cal e a zona do apoio sanitário, a extensão a caminho da fábrica já não é regularmente tratada da mesma forma, embora haja também uma limpeza, mas não é diária.

Sobre a questão do mail, que alguém possa imaginar que, numa secção de expediente, um funcionário inadvertida ou propositadamente extravie um documento poderá até admitir-se que seja uma suspeita legítima, mas para um mail só existem duas hipóteses, ou foi enviado e chegou ou não foi enviado e não chegou, ou foi enviado e por algum motivo não entrou, designadamente pelas razões da dimensão, que como se sabe, quase todos os servidores de correio eletrónico têm limitações ao tamanho dos mails que permitem a entrada, portanto, se a caixa de correio do Sr. Vereador funciona normalmente, se recebe regularmente os mails e houve um que não recebeu, o problema está na emissão e não na receção. Acrescentou, ainda sobre este assunto, que não tem ideia de alguém ter recebido algum mail, o que significa que houve alguma questão que impediu a entrada do mail, partindo do princípio que foi corretamente enviado.

Sr. Vereador Carlos Albino – Clarificou que não pretendia lançar sobre qualquer técnico da Câmara Municipal algum tipo de suspeita, no entanto é claro que lhes foi reportado um email, ao remetente não foi reportado que não tinha sido recebido pelos Vereadores e coloca-se a questão que para a pessoa passe a ideia de que o email foi remetido, rececionado e está a ser tratado, quando na realidade isso não está a acontecer, sendo que a sua preocupação vai nesse sentido, tendo pedido a palavra para reforçar a questão e para que não ficasse qualquer suspeita relativamente a esta situação, tal como numa outra reunião em que não pediu palavra para esclarecer e não terá ficado claro para os eleitos da CDU, e para que fique registado em ata, nenhum Vereador do Partido Socialista disse aos Escuteiros que o terreno estava para venda, e isto só para que fique clarificado e registado em ata para memória futura.

Sr. Presidente – Sobre a questão dos mails disse que foi, agora, verificado e os endereços de mail, todos eles não estão separados por ponto e vírgula, portanto, estão por vírgula e eventualmente a leitura não reconhece.

Sobre a questão dos escuteiros, do que lhes foi dito e do que eles interpretaram, disse que teve uma reunião, no dia de ontem, em que esteve presente também o Sr. Vice-presidente com a direção dos Escuteiros da Baixa da Banheira e a interpretação deles não é exatamente a referida pelo Sr. Vereador Carlos Albino, acrescentando que “devem ser eles que estão enganados, não posso admitir outra coisa, deve ser eles que não perceberam o que vocês lhes disseram”.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO E XIX CONCURSO REGIONAL DE BOVINOS DA RAÇA HOLSTEIN FRÍSIA E DA 1ª MOSTRA CAPRILEITE - MOSTRA DE CAPRINOS LEITEIROS DE RAÇAS EXÓTICAS - MOITA 2018

“A Câmara Municipal da Moita com a colaboração da EABL – Associação para o Desenvolvimento da Estação de Apoio à Bovinicultura Leiteira, realizam, entre os dias 25 e 27 de maio, o XIX Concurso Regional da Raça Holstein Frísia e da 1ª Mostra CAPRILEITE – Mostra de Caprinos Leiteiros de Raças Exóticas – Moita 2018.

Após quase duas décadas de interregno, no ano de 2017 a Câmara Municipal decidiu avançar, com um evento, XVIII Concurso da Vaca Frísia, que congregou todo o setor, retomando uma tradição, ao mesmo tempo que comprovou a importância extrema da atividade para o nosso concelho e para o país, justificando a aposta que foi efetuada.

Sendo o concelho da Moita um dos maiores produtores nacionais de leite e tendo no seu território algumas das maiores e mais produtivas explorações nacionais, importa continuar a contribuir para a defesa e promoção deste importante setor.

Um evento que, para além do concurso, conta com uma mostra de caprinos, uma exposição de várias empresas com forte ligação ao setor e com a realização de uma conferência.

O trabalho de preparação XIX Concurso Regional da Raça Holstein Frísia e da 1ª Mostra CAPRILEITE – Mostra de Caprinos Leiteiros de Raças Exóticas – Moita 2018 é efetuado pela EABL, que tem a seu cargo as seguintes funções:

- A realização de todos os contactos com os criadores;
- O transporte dos animais;
- A constituição do júri para apreciação dos animais a concurso;
- A conceção dos prémios e troféus atribuídos;

- A identificação dos animais em exposição;
- O providenciar de alimentos e palha para as camas, durante o certame;
- O tratamento dos animais;
- O assegurar o maneiio dos animais desde a entrada no recinto até à saída.

Atendendo à importância e ao elevado interesse do evento para o concelho da Moita.

Assim, proponho:

– Que de acordo com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e ff) do n.º 1 do artigo n.º 33.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado a minuta de Protocolo de Colaboração para a realização da Exposição e XIX Concurso Regional de Bovinos da Raça Holstein Frísia e a 1ª Mostra CAPRILEITE – Moita 2018, que se regerá de acordo com o documento em anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.ª Vereadora Filomena Ventura – Disse que acompanhou o início do Concurso da Vaca Frísia, questionando se a empresa que faz estes eventos, que proporciona o Concurso, é a mesma da altura ou se mudaram.

Sr. Presidente – Esclareceu que esta Associação só colabora com o Município desde o ano anterior e crê que esta nem será tão antiga que possa ter estado presente nas Feiras anteriores. Acrescentou que a Associação da Raça Frísia é a mesma mas existe uma outra que é a EABL, Associação para o Desenvolvimento da Estação de Apoio à Bovinicultura, crê que esta é que é uma Associação mais recente.

Não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente apresentou as duas propostas, que abaixo se transcrevem, em simultâneo.

2. REALIZAÇÃO DA XXV FECI – FEIRA COMERCIAL E INDUSTRIAL – 7 A 16 DE SETEMBRO DE 2018

“A FECI - Feira Comercial e Industrial assume-se como um evento de notável relevância local, regional e nacional de divulgação e promoção das atividades económicas.

Considera-se que, o facto de decorrer em simultâneo com as Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, constitui uma mais-valia que complementa, numa outra vertente, toda a simbiose das festas.

Mostra-se necessário que o Município realize o enquadramento e disciplina do evento.

Assim, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a realização de XXV FECCI - Feira Comercial e Industrial nas condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.
2. Conferir, ao abrigo dos artigos 44º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, ao Exmo. Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia, as competências previstas nos números 5.3, 5.4, 6., 7.1, 7.3, 12.3, alínea c) do número 16.4, 16.5, 16.7 e 17. que constam das condições anexas à presente proposta.”

3. REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM – 7 A 16 DE SETEMBRO DE 2018

“As Festas em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem assumem-se como um evento festivo de maior relevância e tradição no concelho da Moita. Expressão duma vivência democrática e duma afirmação cultural e económica que, há muito, ultrapassa os limites geográficos do nosso Concelho, tem significado, importância e agenda nas gentes e nas atividades do nosso país.

A mesma alia as vertentes da tradição cultural e religiosa. A Procissão, a Festa Brava e as Largadas, a Tarde do Fogareiro, a celebração do Dia do Município e as distinções a atribuir a entidades e personalidades, os eventos desportivos e a realização de vários espetáculos e o espaço de feira são as principais referências.

Assim sendo, nas Festas da Moita têm lugar atividades muito diversas, que não se reconduzem apenas ao exercício da atividade comercial.

De facto, visa-se essencialmente com tal evento, o apoio ao desenvolvimento local mediante a promoção e desenvolvimento de atividades artesanais e manifestações etnográficas de interesse local, bem como a promoção e divulgação dos valores concelhios e o desenvolvimento de iniciativas de cariz cultural que possibilitem a mostra das potencialidades do Município e da região onde se insere, os traços característicos de história e cultura do concelho, bem como a recreação pública.

Acessoriamente, participam igualmente neste evento, agentes que exercem atividades de cariz económico.

Mostra-se necessário que o Município realize o enquadramento e disciplina do evento.

Assim, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem nas condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.
2. Conferir, ao abrigo dos artigos 44º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, ao Exmo. Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia, as competências previstas nos números 16.1, 16.2, 18.6, 20.3, 20.5, 21, 23.2, 28.3, 30.1 e 32 que constam das condições anexas à presente proposta.”

Após a apresentação das propostas acima transcritas foram, ambas, colocadas à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.^a Vereadora Filomena Nunes – Disse que quer à Feira Comercial e Industrial, quer as Festas em Honra da N^a Sr^a da Boa Viagem habituou-se a elas desde que veio para o Concelho, mas não pode deixar de registar alguma preocupação com a popularidade do evento que é a Tarde do Fogareiro, sabendo que não depende diretamente da Câmara porque sabe que existe uma Comissão de Festas a trabalhar com a Câmara, mas tem algumas preocupações relativamente à segurança, não é de forma alguma como por vezes são radicais, de dizer para acabar com a Festa, mas ponderar-se ou refletir-se, porque ainda existe algum tempo, para se acautelar um conjunto de coisas que certamente fará parte da preocupação de todos os presentes porque gostam de receber bem as pessoas. Do que conhece, a Tarde do Fogareiro é um evento quase único, o que justifica a facilidade com que se propagou, mas parece-lhe que a esta distância, ter-se-á que ponderar algumas questões porque envolve demasiadas pessoas e circunstâncias, pensando que estas preocupações são transversais a todos.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, existe uma preocupação com aquele evento, no entanto existe um acompanhamento muito próximo, não só em relação à Tarde do Fogareiro como a todas as Festas, com a GNR, existindo uma colaboração muito estreita e ouve-se, com muita atenção, as recomendações por eles feitas e interação com a Câmara Municipal de uma forma muito direta, acrescentando que já ocorreu uma reunião, há cerca de dois meses, com o Comando do Destacamento do Afonsoeiro e, também, com o Comandante do Posto, exatamente para se falar da questão das Festas e muito em concreto, abordar a questão da Tarde do Fogareiro, que naturalmente tem uma dimensão que já causa questões que têm que ser equacionadas. Com isto só quer dizer que estão todos de acordo com a preocupação colocada pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura e estão a ter em atenção as questões suscitadas com aquela realização.

Sr. Vereador Carlos Albino – Sobre a proposta da Realização da Feira Comercial e Industrial disse que, sobre o documento queria questionar, relativamente ao ponto 3.1., como se chegou ao critério para os horários; no que diz respeito ao ponto 6.d), se existe algum registo dos expositores que tiveram condutas menos próprias em outros eventos, porque está referenciado e na eventualidade de existir, como é feito o registo; quanto ao ponto 16.7. uma vez que está referenciado que não será permitido a captação de imagem e som e que carece de autorização prévia, questiona como será feito esse controlo.

Sr. Presidente – Esclareceu que o horário é estabelecido tendo em conta, por um lado, os próprios feirantes e as suas condições, as forças de segurança que dão parecer sobre esta matéria e uma apreciação geral que, de ano para ano, se vai fazendo sobre a ocupação daquele espaço, porque, designadamente, há que jogar com o horário de encerramento do resto das atividades da Festa e com o horário de encerramento do Pavilhão. É necessário que o Pavilhão encerre primeiro para que não seja um local para onde se dirijam os grupos que vão ficando para o final da Festa e daí o Pavilhão encerrar mais cedo do que as restantes atividades da Festa e também porque os próprios feirantes a partir de uma determinada hora já não têm clientes, porque o tipo de público que circula na Festa já vai para os espetáculos e para os bares, já não são as pessoas que vão ver e comprar as coisas.

Relativamente ao registo disse que essa referência existe para evitar, eventuais, tentações de prevaricação, não há uma questão de registo mas há uma questão de algumas ocorrências, havendo inclusive um caso que, ainda, dura em tribunal, de algumas ocorrências de feirantes que não pagaram o espaço e o único registo feito é esse, ou seja, se alguém não paga num ano, no ano seguinte não é aceite, mas não há outro registo a não ser este.

Quanto ao registo e captação de imagem disse que dirige-se sobretudo a profissionais que pretendessem fazer captações de imagem sem a devida autorização, não existem preocupações relativamente a quem com o telemóvel tira selfies. O controlo é feito pelos funcionários, ou seja, estão sempre funcionários da Câmara em permanência, e a partir de uma determinada hora existe uma empresa de segurança que faz segurança ao espaço, sendo estas as pessoas que têm a responsabilidade de, se alguém a montar o tripé e estiver a fazer filmagens e fotografias, do modelo ou algo do género, impedir que tal aconteça sem a devida autorização.

Após as intervenções foram as propostas submetidas a votação tendo sido, ambas, aprovadas por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

4. CONTRATO – PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO - 7

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- Associação de Desportos Náuticos Alhosvedrense “Amigos do Mar”
- Associação de Moradores do Bairro Novo – 1ª revisão
- Associação Paraquedistas do Sul
- Banda Musical do Rosário
- Clube Amigos do Atletismo da Moita

As participações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

Apoio a Associações Culturais e Desportivas: 17-03.04.07.01.02.99, no valor de 3.800,00€ (três mil e oitocentos euros).

Apoio ao Movimento Associativo, Obras e Investimentos: 03-08.07.01.05, no valor de 2.185,00€ (dois mil, cento e oitenta e cinco euros).

AtletisMoita: 22-03-06.02.03.05.07, no valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros).

Apoio à Realização de Eventos Desportivos: 03.06.02.03.05.31, no valor de 600,00€ (seiscentos euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas, em simultâneo, pela Sr.ª Vereadora Vivina Nunes.

5. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL – MARCELINO ANTUNES OTO OLIVEIRA

“Decorrente de uma visita técnica em conjunto com a DDE/Serviço de Fiscalização ao terreno sito na Vinha das Pedras, para identificação dos moradores e tipo de ocupação das edificações, foi efetuado o levantamento e identificada uma situação respeitante a um agregado familiar composto por um casal de idosos, de 73 e 56 anos, sua filha menor de 15 anos, e neto que por decisão do Tribunal está a seu cargo, tendo-lhes sido atribuídas as responsabilidades parentais respeitantes à saúde, segurança, alimentação e educação do menino. A este menor foi-lhe diagnosticado Distrofia Muscular Congénita, apresenta múltipla deficiência e um grau de incapacidade de 95% irreversível. O edifício onde residem, é bastante deficitário e precário não reunindo as mínimas condições para ali residir aquela criança pelo que se torna urgente o realojamento deste agregado de forma a proporcionar à criança as condições condígnas de habitabilidade.

Tendo em conta o disposto no nº 1, do art.º 3º, do Regulamento de Atribuição de Habitações Propriedade do Município da Moita nº 366/2017, de 14 de julho, conjugado com os art.º 14º, nº 3, art.º 15º e os nºs 3 e 4 do art.º 16º-A da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016, de 24 de agosto que estabelece o Novo Regime do Arrendamento Apoiado e que estabelecem respetivamente: o regime excecional no acesso à atribuição de habitações, a necessidade de adequação da habitação a atribuir a pessoas com mobilidade reduzida e a transferência de habitação para ações de requalificação urbanística e de adequação da habitação e dada a existência de uma habitação devoluta adequada, de tipologia 3, sita na Rua dos Sobreiros, nº 46, no Vale da Amoreira, considera-se estarem reunidas as condições necessárias à atribuição da mesma ao agregado familiar do Sr. Marcelino Antunes Oto Oliveira.

Relativamente à habitação onde este agregado reside atualmente e dadas as suas características no que se refere às más condições de habitabilidade e precaridade de ocupação propomos a sua demolição e limpeza do terreno resultando assim no cumprimento das condições de segurança e salubridade, nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 7º e nº 2 do Dec. Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, conjugado com as alíneas n) do nº 2 do art.º 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.”

6. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL – PAULO HORTA CABRAL

“ A Câmara Municipal da Moita tem vindo a implementar a criação do Parque Hortícola do Vale da Amoreira, projeto que tem como objetivo: potenciar junto dos munícipes aquilo que já há alguns anos tem vindo a ser desenvolvido pelos mesmos de forma desordenada e ilegal, permitindo assim a atribuição de parcelas para a sua utilização, enquanto hortas, enquadrada em Regulamento Municipal próprio. A criação deste Parque Hortícola tem também objetivos urbanísticos e paisagísticos, estando aprovada candidatura pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito do Lisboa 2020, da Operação Parque Hortícola do Vale da Amoreira.

Na sequência deste trabalho, os serviços municipais de fiscalização identificaram dois munícipes a residir em construção abarracada localizada em terreno que será abrangido pelo projeto da candidatura acima referida e que por esse facto se prevê a sua demolição.

Tendo sido despoletados pelos serviços municipais, os procedimentos e a avaliação junto das entidades competentes em ação social, considerando a iminência de demolição da sua habitação, foi possível concluir que os indivíduos se encontram a residir no local desde há alguns anos. Foi também avaliado que ambos os munícipes se encontram em situação de grande vulnerabilidade, sem recursos económicos e sem apoio familiar.

Pelo acima exposto e dado que os munícipes em questão verão a sua habitação, pertencente ao Sr. Paulo Horta Cabral demolida em consequência das obras municipais que serão efetuadas, propomos que seja efetuado o seu realojamento em fogo propriedade do Município, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 3º, do Regulamento de Atribuição de Habitações Propriedade do Município da Moita nº 366/2017, de 14 de julho, conjugado com os art.º 14º e os nºs 3 e 4 do art.º 16º-A da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016, de 24 de agosto que estabelece o Novo Regime do Arrendamento Apoiado e que estabelecem respetivamente: o regime excecional no acesso à atribuição de habitações e a transferência de habitação para ações de requalificação urbanística e de adequação da habitação.

Propomos ainda a demolição da barraca com base na alínea c) do número 1 do artigo 7º e número 2 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, os quais estipulam a execução de obras promovidas pela Administração Pública, conjugado com a alínea n) do número 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, segundo a qual “Os municípios dispõem de atribuições no domínio do Ordenamento do território e urbanismo.”

Após a apresentação das propostas acima transcritas foram, ambas, colocadas à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse que o processo estava bem explanado e que, obviamente, nada têm a opor, porém, lembrou que em novembro/dezembro o Sr. Vereador Luís Chula falou com o Sr. Presidente sobre uma situação também considerada pelos Vereadores do Partido Socialista que poderia vir a integrar o caráter excecional, situada no Largo Conde Ferreira, na Moita, de uma moradora numa situação, também ela excecional. Solicitou ao Sr. Presidente que tivesse em conta, também, a situação atrás referenciada, uma vez que lhe parece que não sendo tão grave como os das propostas apresentadas, mas que em termos de habitação condigna deveriam pelo menos conversar, para se poder, na medida da resposta da habitação social, vir a enquadrar, porque é uma situação de salubridade, quase de saúde pública.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Questionou se no caso da construção do complexo das hortas são os serviços municipais que vão proceder à demolição.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Esclareceu que estava ao corrente da questão colocada, encontrando-se a mesma em análise, mas, também, queria referir que as excecionalidades são mesmo excecionalidades e existem situações, não se recordando se é o caso, mas faz o compromisso de o verificar, porque, por vezes, esse tipo de situações que aparecem com essa recorrência tem a ver com as questões do direito privado e com as do arrendamento, mas como não sabe se é, exatamente, esse o caso irá verificar.

Sr. Presidente – Esclareceu que no caso da limpeza das hortas existe um concurso e foi feita uma adjudicação para a limpeza daquela zona, na chamada NOPQ, as infraestruturas urbanísticas que lá existem sem nunca terem tido utilização e que estavam “minadas” de hortas clandestinas e construções abarracadas.

Após as intervenções foram as propostas submetidas a votação tendo sido, ambas, aprovadas por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

7. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – PARCELAS DE TERRENO, SITAS EM SARILHOS PEQUENOS

“A Rede Pública dos Depósitos Aéreos de Abastecimento de Água do Município da Moita, integra o sistema de abastecimento, distribuição e reservas de água, estas são estruturas localizadas nas freguesias e edificadas em áreas integradas no domínio público municipal. Não existe definido para as mesmas um perímetro de segurança, como também, não se encontra regularizada a situação em termos matriciais e registrais, pelo que se torna necessário à sua autonomização, conforme decorre da legislação aplicável para o efeito.

Consagra a Lei Fundamental Portuguesa no seu artigo 84.º, n.º 1, os bens pertença do domínio público, sendo os que integram o domínio público das Autarquias Locais definidos por lei, conforme o número 2, são inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis, e não podem ser objeto de direitos privados (artigo 202.º Código Civil).

O Instrumento de Gestão Urbanística do Município da Moita (PDM), estabelece na Planta do Ordenamento – Solo Urbano – Solos de Urbanização Programada – Espaços Habitacionais Propostos, no entanto esta integra o domínio público municipal, pelo que se terá que ter em conta o seu caráter dominial.

O Regime Jurídico do Património Imobiliário (Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto), veio regular os princípios e regras da gestão patrimonial e dos bens imóveis do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, previstos nos artigos 1.º, al.ª a), 15.º, 18.º, 19.º, 20.º, estabelecendo ainda, a sujeição ao regime da dominialidade dos imóveis integrados no domínio público municipal e o seu ingresso no domínio privado municipal das Autarquias Locais – artigo 17.º (desafetação).

Atendendo a que na área onde se encontra implantado o “Depósito Aéreo de Abastecimento de Água de Sarilhos Pequenos”, União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, existem construções adjacentes, constituídas autonomamente, destinadas à utilização coletiva, como é o caso dos balneários públicos e instalações de apoio, entende-se que o seu caráter dominial deverá ser objeto de mutação, ingressando no domínio privado municipal com o recurso ao processo de desafetação do domínio público municipal, pelo que proponho:

- Que a Câmara Municipal delibere nos termos do estabelecido na alínea ccc) do número 1 do artigo 33.º e da alínea q) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal para integração no domínio privado municipal das parcelas de terreno abaixo indicadas e devidamente identificadas na planta anexa:

União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos

- Parcela de terreno, designada pelo número 1, destinada a construção, devidamente identificada na planta anexa (Depósito de Água), com a área de 338,41m², sita na Rua Luís de Camões, Sarilhos Pequenos, que passa a confrontar do Norte com instalações municipais, Sul e Poente com domínio público municipal e do Nascente com Rua Luís de Camões, com o valor atribuído de €37.750,00.

- Parcela de terreno, designada pelo número 2, destinada a construção, devidamente identificada na planta anexa (Instalações Públicas), com a área de 157,05m², sita na Rua Luís de Camões, Sarilhos Pequenos, que passa a confrontar do Norte com instalações municipais (Balneários Públicos), Sul com

equipamento municipal (Depósito de Água), Nascente com Rua Luís de Camões e do Poente com domínio público municipal, com o valor atribuído de €9.680,00.

- Parcela de terreno, designada pelo número 3, destinada a construção, devidamente identificada na planta anexa (Balneários Públicos), com a área de 108,86m², sita na Rua Luís de Camões, Sarilhos Pequenos, que passa a confrontar do Norte com instalações municipais – JI de Sarilhos Pequenos, Sul com instalações municipais (Balneários Públicos), Nascente com Rua Luís de Camões e do Poente com domínio público municipal, com o valor atribuído de €5.930,00.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Submeter à Assembleia Municipal.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

8. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE BAILES POR OCASIÃO DOS SANTOS POPULARES E ISENÇÃO DE TAXAS

A proposta foi retirada para melhor análise e posterior deliberação.

9. “IDEIAS E EMPRESAS – LOJAS POP – UP”, NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA

“Considerando que:

- a) O Mercado Municipal da Moita está dotado de lojas no seu interior com destinação definida para a atividade de talho;
- b) As referidas lojas têm tido uma taxa de ocupação muito reduzida e que, desde o mês de dezembro de 2016, não existe, sobre as mesmas, qualquer uso ou utilização;
- c) O Mercado Municipal da Moita, possui no seu exterior, dois talhos em pleno funcionamento;
- d) Existe a imperiosa necessidade de dinamizar as referidas lojas, impulsionando a oferta comercial no interior do Mercado Municipal da Moita;
- e) É um objetivo a dinamização do Mercado Municipal da Moita, promovendo a atração de mais visitantes; mais compradores/consumidores e utentes, mais vendedores e empreendedores;
- f) Que o conceito de lojas pop-up pretende dinamizar espaços devolutos, aumentar e promover as ideias empreendedoras e inovadoras; bem como a dinâmica e a rotatividade das empresas;

Assim proponho que,

- a) Se autorize a título provisório, e experimental, nos termos e para efeitos das Condições de Participação, em anexo à presente Proposta, a utilização dos referidos espaços/lojas, concedendo aos interessados empreendedores, a oportunidade de iniciarem a sua atividade ou, caso já a tenham iniciado, em condições de instalação e utilização aceitáveis e a custos moderados;
- b) Aprovar a iniciativa “Ideias e empresas – Lojas pop-up”, com o objetivo de dinamizar as referidas lojas e o Mercado Municipal e tendo por base as condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que em relação a esta proposta ela vem com um sentido que é de louvar porque vem manifestar uma preocupação sobre o estado em que os Mercados Tradicionais no Concelho estão em termos de haver menos gente a frequentá-los, havendo mesmo dias em que as praças não têm ninguém, sendo que a proposta apresentada vem com esta preocupação, e como foi dito, é uma coisa a título experimental e pensa que vale a pena experimentar. Disse, ainda, que o problema dos Mercados, não só estes como também os mercados mensais, carecem de alguma atenção porque estão a ocorrer modificações nos hábitos de consumo, e deveria haver algum estudo sobre esta situação, porque as pessoas vão divergindo para as grandes superfícies e para outras alternativas que estão a surgir e este comércio, chamado tradicional, foi perdendo, ao longo do tempo, a afluência de pessoas. No entanto, esta loja, que lhe deram um estrangeirismo “loja POP-UP”, será uma dinâmica de loja que é rotativa e que não é fixa, pensando que vale a pena tentar esta experiência para ver se ajuda a criar dinâmica no próprio espaço do Mercado, portanto pensa que como foi apresentada a proposta, da sua parte vai merecer aprovação, com a salvaguarda de que deveria haver outro sentido de se tentar perceber esta alteração dos hábitos e espaços de consumo e salvaguardar, também, que os produtos que vão aparecer, nestas lojas, não entram em concorrência com os produtos que já se vendem no Mercado para evitar conflitos entre os seus comerciantes.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse querer tocar, apenas esteticamente, na questão do estrangeirismo pensando que poderia, perfeitamente, ter uma designação entendível, o facto de se chamar POP-UP, em termos de marketing, serve para um balcão, para um roll-on, serve para qualquer coisa que se faça notar de repente, mas é meramente estético, acrescentando que aquilo que o incomoda na proposta são as questões do critério. Fazer um critério por idades, elencando os mais idosos para o fim, em termos de filtro do seu critério de idades parece-lhe de uma injustiça atroz, haverá gente, e espera que não haja lojas suficientes para os projetos que apareçam, com experiência e com idade, possivelmente a quem a situação de emprego possa não surgir que fica claramente prejudicada ou que vão encontrar uns jovens para colocar e satisfazerem o critério da média de idades, portanto, esse critério da média de idades era, pura e simplesmente, banido desta proposta, quanto ao resto acha-a positiva, com uma recomendação da alteração de nome, para que se tornasse algo mais entendível para a generalidade das pessoas.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Clarificou que acerca da questão do estrangeirismo o facto é que as lojas são conhecidas pelo nome designado na proposta. Sobre a questão das idades, esse foi um assunto bastante discutido no Grupo de Trabalho, sendo que é uma das questões que se irá analisar durante os cinco meses deste ano e ver-se-á, no ano a seguir, no entanto não vê mal em retirar o ponto

das idades, embora ajudar os jovens a criar a sua empresa seja, sempre, um desafio aliciante. Sobre o termo “lojas POP-UP”, provavelmente a grande frase de campanha será “Venha mostrar a sua empresa, ou a sua ideia, no Mercado Municipal da Moita”, no entanto uma loja que abra e ao fim de um mês reabra com um produto diferente chama-se, oficialmente, “lojas POP-UP”. Por último, quanto aos preços, na generalidade terão o preço de 50 euros, exceto uma que é mais pequena e como tal tem um custo menor, de 45 euros.

Não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com seis votos a favor sendo quatro da CDU, um do PSD, um voto do BE e três abstenções do PS.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e quatro horas. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA